

A IMPORTÂNCIA DA LIBRAS PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NAS ESCOLAS DE CUMARU-PE

Luciana Maria Tabosa de Lima ¹

Celene Silva de Azevedo ²

Jucileide Cazé Pessôa de Lima ³

Margarete Maria Gonçalves Tabosa de Oliveira ⁴

Prof. Dr. Diógenes José Gusmão Coutinho ⁵

RESUMO

Este artigo tem como objetivo incentivar a formação de uma “Escola Bilíngue”, a qual permita a inclusão dos alunos surdos nas atividades desenvolvidas pela Escola, e especificamente, apontar os desafios e necessidades enfrentados pelos alunos surdos, a partir de uma prática inclusiva, na atual sociedade da qual eles fazem parte e pontuar as estratégias que se pode desenvolver para superar esta realidade. Este estudo busca responder a seguinte problemática: Qual a importância da LIBRAS para a inclusão de alunos surdos nas escolas de Cumaru-PE? Defende-se a hipótese de que o aluno surdo e o aluno ouvinte que aprendem LIBRAS desde a Educação Infantil, no que se diz respeito a língua, pode-se assegurar uma prática de educação inclusiva consistente. Este artigo, apoia-se nos pressupostos teóricos de Veloso e Maia (2009); Bogas (2106), Gesser (2016); Gadotti (2000); Pietro (2002); Drago (2014), entre outros, para assim, ampliar-se as possibilidades desta investigação. Delineou-se o percurso metodológico, por meio de um levantamento bibliográfico e por pesquisa de campo, tendo como metodologia exploratória descritiva de abordagem quantitativa e qualitativa, mediante a observação e conversação com alunos, professores, coordenadores, pais e responsáveis, visando conhecer os alunos a partir de leituras e releituras de todo material coletado, nas escolas públicas nas quais estes alunos estão matriculados. Diante do que foi levantado, percebe-se a necessidade de se adotar a disciplina LIBRAS na Educação Básica, para que de fato exista a inclusão de surdos e ouvintes nas escolas municipais e na sociedade.

Palavras – Chave: LIBRAS. Inclusão. Acessibilidade. Alunos Surdos.

INTRODUÇÃO

Sabendo-se que o Brasil é um país com um grande número de surdos, é necessário que a maioria da população brasileira tenha conhecimento de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), para que a comunicação entre surdos e ouvintes, aconteça de fato e de forma correta. A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS é a primeira língua dos surdos e por isso é imprescindível que as escolas brasileiras, desde a Educação Infantil, adotem na sua matriz curricular, esta língua tão importante, como disciplina obrigatória, haja vista, a necessidade existente para a interação e o diálogo entre as pessoas. Deste modo, nos dias atuais, em todos

¹ Doutoranda em Ciências da Educação (Atenas), lucianatabosa@hotmail.com;

² Doutoranda em Ciências da Educação (Atenas), celenesilvadeazevedo@gmail.com;

³ Doutoranda em Ciências da Educação (Atenas), jucileidecaze@hotmail.com;

⁴ Doutoranda em Ciências da Educação (Atenas), margaretetabosa@hotmail.com;

⁵ Doutor em Biologia pela UFPE, alphadiogenes@gmail.com.

os lugares, na saúde, nas repartições públicas, nas igrejas, nas pequenas e grandes empresas, assim como na educação de modo geral é relevante que existam profissionais competentes, professores e intérpretes de LIBRAS que favoreçam a acessibilidade aos surdos.

Assim sendo, esse artigo tem como tema: “A Importância da LIBRAS para a Inclusão dos Alunos Surdos nas Escolas de Cumaru-PE”, visto que, o referido município possui um quantitativo elevado de surdos, os quais precisam ser atendidos, de modo satisfatório, nas escolas, assim como em outros órgãos da sociedade local, com o máximo de dignidade e acessibilidade possíveis. O referido trabalho tem como objetivo buscar a formação de uma “Escola Bilíngue”, a qual permita através de atividades inclusivas, a integração de alunos com deficiência auditiva, nas atividades desenvolvidas pela Escola, para que aconteça, de fato e de direito, a comunicação e interação com as pessoas surdas.

Face ao exposto, é evidente que para que isto aconteça, na prática, salienta-se a necessidade de além dos alunos, os demais professores também terem esse conhecimento prévio, tão importante, que é o de saber se comunicar por meio da LIBRAS. Caso isso ainda seja uma utopia, na maioria das escolas, se faz necessário a presença de uma intérprete da LIBRAS, permanentemente, na sala de aula, para que a mesma sirva de “elo” entre a pessoa surda e os demais ouvintes, no intuito de incluí-la no contexto escolar, para que ela se sinta, de fato, participante deste processo educativo, elevando assim, a sua autoestima e tornando eficiente o processo de ensino aprendizagem.

METODOLOGIA

O estudo iniciou-se metodologicamente, com uma pesquisa de cunho bibliográfico, através da revisão da literatura a partir da leitura de artigos, dissertações e livros, conforme conceitua Gil (2002, p. 72-73):

[...]“assegura que uma pesquisa de natureza bibliográfica tem seus procedimentos definidos ao se seguir alguns passos sequenciais e necessários. Sendo eles, a necessidade de definir objetivos, organizar um plano de trabalho, buscar, identificando e localizando as fontes, ler os estudos encontrados e providenciar o fichamento deles para, por fim realizar a redação final.”

Segundo Minayo (2010), ao iniciar a análise qualitativa desses dados, será realizada uma análise sistemática destes diálogos entre os resultados e os autores, a análise do conteúdo dos questionamentos diretos e das entrevistas de acordo com a sequência de Minayo (2001; 2010). Corroborando com Minayo (2010) entende-se a necessidade de fragmentar os resultados para analisar os conteúdos destes, pois são externados na forma de categorias,

facilitando a condução desta análise, inserindo comentários, críticas e pareceres e interferindo no que se conhece, evidenciando os conteúdos relevantes. Dessa forma, seguindo essa sequência de procedimentos para o processamento dos dados coletados, busca compreender os resultados ladeados pela leitura e releitura desses, referindo as ideias relevantes para as respostas pretendidas.

Essa técnica almeja encontrar indicadores, qualitativos e/ou quantitativos, através da sistematização e objetivos descritivos do conteúdo que possibilite, ou facilite, a possibilidade de concluir, realizando inferência, ou não, da análise temática, visando conhecer o que está nas mensagens coletadas, a partir das leituras e releituras das transcrições de falas e documentos Bardin (1979).

Durante o processo de construção desta pesquisa, foi necessário que a Autora, realizasse visitas periódicas às escolas: EREM – Manoel Gonçalves de Lima, para observação de um aluno, na Escola Municipal Professora Gilda Bertino Gomes, foram observados três alunos, na Escola Municipal João Duarte, um aluno e na Escola Municipal Maria da Conceição Bizerra, um aluno a fim de se adquirir dados relevantes à mesma, através da observação destes alunos surdos do Município de Cumaru-PE, além de conversar com gestores, coordenadores, professores, intérpretes de LIBRAS, a família, funcionários e alguns alunos das várias instituições de ensino em questão, para averiguar a situação individual de cada aluno pesquisado.

DESENVOLVIMENTO

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um código de comunicação muito importante, pois a mesma é a Língua Oficial para os surdos. Atualmente, por causa das demandas sociais, faz-se necessário que, em todos os segmentos da sociedade, hajam profissionais que favoreçam a acessibilidade aos surdos. Aquele que aprende LIBRAS aumenta a sua gama de comunicação, torna o surdo incluído na sociedade, além de enriquecer sua atividade profissional. Todos os profissionais, da educação, da saúde, dos recursos humanos, religiosos, funcionários de pequenas e grandes empresas, deveriam aprender LIBRAS, visto que, isso iria promover a inclusão social do surdo, na sociedade da qual ele é parte integrante.

Algumas pessoas pensam que a comunicação com os surdos se dá por meio de mímica ou gestos usuais, porém a língua de sinais não é uma mistura de gestos naturais, pois ela apresenta uma estrutura gramatical própria. A LIBRAS está em permanente transformação, haja vista, a mesma não ser uma ciência exata, mas humana e por isso os

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

sinais são relativos, de região para região, os quais representam o universo das ideias da comunidade surda e pode expressar os mesmos conceitos da Língua Portuguesa. Porém, a LIBRAS é diferente da Língua Portuguesa, pois a tradução não pode ser literal. É preciso escolher quais sinais deverão ser usados, na prática, obedecendo assim à estrutura da Língua de Sinais para que se possa entender o sentido da mensagem expressa. O que diferencia as Línguas de Sinais das outras línguas é a sua modalidade visual-espacial. (VELOSO e MAIA, 2009, p.5).

Deste modo, o sujeito que aprende LIBRAS, constata o modo de se comunicar sem som, fazendo movimentos no ar com as mãos, junto às expressões facial e corporal, gestual e visual baseadas no uso das mãos, dos olhos, da boca, enfim, do corpo todo. Verifica-se, então, que para conversar em LIBRAS, não é preciso apenas aprender os sinais de forma isolada, mas é preciso conhecer a sua estrutura gramatical combinando-as em frases. Segundo Veloso e Maia (2009, p.14).

Parâmetros da LIBRAS: Alfabeto manual [...]; Dialectos regionais, sociais ou de acordo com as situações apresentadas [...]; Iconicidade e arbitrariedade [...]; Sinais icônicos; Sinais; Configuração de Mão (CM) [...]; Ponto de articulação [...]; Expressão facial e/ou corporal [...]; A grafia [...]; A datilologia (alfabeto manual) [...]; Os verbos [...]; Os pronomes pessoais [...].

Sabe-se que até o século XV os surdos eram, de modo geral, considerados incapazes de ser educados, devido a sua deficiência. A partir do século XVI, com as transformações ocorridas na Europa, iniciaram-se as conquistas pela educação dos surdos, onde se destacou as atitudes de um francês que era surdo, de nome Eduard Huet. No ano de 1857, Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II, que tinha um genro, o Príncipe Luís Gastão de Orléans, marido de sua segunda filha, a Princesa Isabel, parcialmente surdo, para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada, naquela época, de Imperial Instituto de Surdos Mudos, por meio da Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857. Este Instituto tratava crianças surdas somente do sexo masculino.

A história da língua de sinais – LIBRAS – se identifica com a história dos surdos no Brasil, visto que, a mesma foi criada junto com o INES, a qual foi se misturando com a Língua Francesa de Sinais e gestos já utilizados pelos surdos no Brasil. A LIBRAS foi se destacando, gradativamente, mas passou por uma grande derrota em 1980, quando em um congresso sobre surdez, em Milão, na Itália, foi proibido o uso da língua de sinais no mundo, por se achar que a leitura labial fosse a melhor forma de comunicação entre surdos e ouvintes. Contudo, esse acontecimento não impediu que os mesmos parassem de se comunicar por sinais, porém atrasou a propagação da LIBRAS no país. (BOGAS, 2016).

A partir da Constituição Federal de 1988, o Brasil começou sua prática democrática em todos os níveis da sociedade. A demora ficou mais evidente também na área da educação especial, com o interesse e o apoio de todos para tornar a acessibilidade e a inclusão uma realidade. De acordo com Felipe (2006, p.45), a Constituição Federal de 1988, nos artigos 205 e 208, bem como a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, nos artigos 4º, 58, 59 e 60, garantem às pessoas surdas o direito de igualdade de oportunidade no processo educacional. Contudo, isso não tem sido uma realidade nas nossas escolas.

Em 24 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Nº 10.436, através da qual, todos os anos, celebra-se o Dia Nacional da Lei da LIBRAS. Muito além das celebrações, essa Lei figura como uma grande conquista para toda a comunidade surda em nosso país, pois reconhece a Língua Brasileira de Sinais, como meio legal de comunicação e expressão, assegurando assim, o uso e difusão desta data, tão significativa, que é própria e natural da pessoa surda. Pode-se mudar essa prática, ao se tomar algumas atitudes, como por exemplo: procurar aprender a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, para que se viabilize a interação com as pessoas surdas. Essa ação iria fortalecer a luta pela participação efetiva destas pessoas nos processos sociais, tanto através dos meios públicos, quanto privados, garantindo assim, reais avanços, tão necessários, à sua inclusão social. Essa é uma data para se refletir que, ainda há muito a ser feito para que o direito das pessoas com deficiência auditiva seja uma realidade na sociedade brasileira.

Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que mais de 9,7 milhões de pessoas no país possuem algum grau de deficiência auditiva, desse total, cerca de 2,2 milhões têm deficiência auditiva em situação severa; entre esses, 344,2 mil são surdos. Sabe-se que o sistema de LIBRAS é considerado pelas comunidades surdas como sua primeira língua. É um meio de comunicação e interação social, que abre as portas para oportunidades pessoais e profissionais. Gesser (2016) constata que:

“Os sinais da LIBRAS é uma combinação de configurações de mão, movimentos e de pontos de articulação, locais no espaço ou no corpo, onde os sinais são feitos também de expressões faciais e corporais que transmitem os sentimentos que para os ouvintes são transmitidos pela entoação da voz, e juntos compõem as unidades básicas dessa língua.”

Desse modo, a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS – se apresenta como um sistema linguístico de transmissão de ideias e acontecimentos, vindos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. Sendo assim, o Dia Nacional da LIBRAS foi instituído principalmente como alerta para as grandes dificuldades em acessibilidade que esses cidadãos enfrentam, da

socialização ao mercado de trabalho. Embora o acesso igualitário à Educação, ao trabalho, bens ou serviços, seja legalmente instituído, sabe-se que a realidade das pessoas com deficiência, não corresponde ao que se pode qualificar de, no mínimo, ideal, pois se vive ainda em uma sociedade, pouco inclusiva e de políticas públicas ineficazes.

Conforme o que está respaldado na Constituição Federal do Brasil, de 1988, em relação à Educação Especial, as mesmas orientações foram também intensificadas, na década de 1990, pela Declaração Mundial de Educação para Todos e pela Declaração de Salamanca⁶ (Espanha) na Europa, as quais passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da Educação Inclusiva. Deste modo, dando continuidade a este processo, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n.º 9.394/96 preconiza em seu artigo 59, que “os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos, currículo, métodos, recursos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

O objetivo da Educação Especial no Município de Cumaru-PE é integrar as pessoas com necessidades especiais, no sistema de ensino regular, sempre que possível, pois, é dever do Estado garantir o acesso à Educação Fundamental, a todos os indivíduos, independentemente de sexo, raça, credo, e de ser uma pessoa com algum tipo de deficiência, necessitando de uma ação educativa especial. E, quando houver impedimento em função da deficiência do educando, esse atendimento deverá ser complementado no contra turno em Salas de Atendimento Educacional Especializados.

Formar recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento adequado aos alunos com deficiência, em todos os níveis e modalidades de educação e disponibilizar material pedagógico adequado é uma das prioridades do Plano Municipal de Educação, pois não há como ter uma escola regular eficaz quanto à aprendizagem e desenvolvimento dos educandos, sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar seja preparado para atendê-los adequadamente. Percebe-se, contudo, que as escolas de Cumaru-PE, responde pelo atendimento da grande maioria da população em idade escolar, porém, torna-se evidente, que apenas em algumas, foi incluída em sua matriz curricular, a disciplina LIBRAS, como se pode salientar a Escola Cecília Meireles, onde os alunos recebem

⁶ Essa declaração é um documento sobre princípios, políticas e práticas na área das atividades educativas especiais, que representa o pensamento de 90 países reunidos em Salamanca – Espanha--- no ano de 1994, que teve como objetivo central firmar um compromisso mundial em relação à educação de pessoas deficientes na escola regular, além de sustentar outras providências que precisam ser assumidas pelos governos. O Brasil, apesar de não ter feito parte da reunião, assumiu seus princípios.

conhecimentos em LIBRAS, de forma lúdica e concreta, no Ensino Fundamental anos iniciais.

Para construirmos uma “Escola Bilíngue”, temos que reconstruir o saber e a formação do educador para um novo cenário, usando a criatividade e também técnicas que possam estimular a troca de experiências, pois o professor também é um aprendiz do aluno surdo. É necessário que se trabalhe os conflitos, em clima de extrema convivência, estimulando-se o uso da inteligência interativa e ética, observando-se as diferenças individuais de cada aluno, respeitando, assim, a sua maneira de ser e agir no contexto multicultural. Conforme afirma Gadotti, 2000, p.81- 82:

Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas, além da sua. A autonomia da escola não significa isolamento, fechamento numa cultura particular. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo significa, sobretudo, diálogo com todas as culturas que se abre às demais.

Por isso, é indispensável que todos tenham, pelo menos, um Curso Básico de LIBRAS, para que esse processo de comunicação entre surdos e ouvintes se realize. Verifica-se, deste modo, a importância das Faculdades e das Universidades do país, terem em suas matrizes curriculares, a disciplina de LIBRAS, para favorecer o diálogo entre este profissional e o cidadão surdo.

É relevante, também, o que está explícito na Resolução do CNE n.º 02/01, dentre outras orientações, a qual enfatiza que a escola precisa se adaptar ao aluno e não o contrário; que todos os sistemas de ensino devem viabilizar equipes de apoio à educação inclusiva; que os referidos sistemas reavaliem seus currículos, avaliações, para que todas as crianças, independentemente de suas características físicas e sensoriais, sejam avaliadas de acordo com seus sucessos; que a Educação Especial deve ser vista como proposta pedagógica para o atendimento às peculiaridades de cada um; que se efetive o intercâmbio entre sistemas de ensino e entidades de atendimento. Contudo, essa legislação, Resolução n.º 02/01, se baseia nos pressupostos de uma escola para todos, infelizmente ainda deixa margem a uma série de dúvidas e contradições que se refletem no cotidiano educacional, por exemplo, se tem o direcionamento de recursos públicos para entidades filantrópicas, comunidades assistenciais e outras, ao invés de oferecer um ensino público de qualidade com recursos suficientes. Conforme afirma Prieto (2002, p.58):

Sabe-se que não se melhora a qualidade do ensino considerando somente a sala de aula. (...) essa melhoria depende de um conjunto articulado de mudanças, as quais devem ser sustentadas pelo poder público. Em suma, as mudanças educacionais dependem dos sistemas de ensino e da vontade política de seus gestores.

Em 2008, é lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Trata-se de um documento elaborado pelo MEC com pesquisadores de renome nacional que representam várias universidades brasileiras e que vêm desenvolvendo estudos e pesquisas na área da educação especial em uma perspectiva inclusiva na escola comum em todos os níveis e modalidades de ensino. O documento que institui a política tem como objetivo: (Brasil. 2008, p. 14).

...o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promoverem respostas às necessidades educacionais especiais.

Além disso, o documento deixa claro que a educação especial precisa ser entendida como uma modalidade de ensino que está interligada a todos os outros níveis, as modalidades e as etapas do processo educacional, tendo como pressuposto a realização de propostas de atendimento educacional especializado, disponibilização de recursos e serviços e orientação quanto à sua utilização, além de outras contribuições metodológicas e de implementação. (DRAGO, 2014, p. 70).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo o Censo de 2014 do IBGE, o Município de Cumaru-PE possui 13.960 habitantes, dos quais 158 possuem alguma deficiência. Na Rede Municipal de Ensino são 26 alunos matriculados em turmas regulares. Na Rede Estadual, esta modalidade de educação é oferecida para 01 aluno do Ensino Médio. Diante desta realidade se faz necessário construir uma política de Educação Especial, em parceria com instituições governamentais e não governamentais, para que de fato ressignifiquem o conceito de diferença e atendam as especificidades do educando.

Atualmente, o município apresenta um quadro relevante de surdos, os quais precisam ser atendidos diariamente nas escolas por intérpretes de LIBRAS. Porém, nem todas as instituições de ensino oferecem o auxílio deste profissional, tão necessário, para que a comunicação entre surdos e ouvintes se realize; além da maioria das escolas não possuir em sua matriz curricular a disciplina LIBRAS. Diante deste quadro passaremos as observações realizadas pela autora desta pesquisa:

- Na EREM Manoel Gonçalves de Lima - Rede Estadual, há 01 (uma) aluna com deficiência auditiva. A mesma chama-se T.F. que atualmente tem 30 anos e é surda desde que nasceu. A mesma tem uma irmã que também é surda e tem baixa-visão. Todavia essa irmã

nunca frequentou a Escola (por opção dela). T.F. tem um Curso Básico de LIBRAS, porém antes se comunicava com a mãe, com a irmã e com alguns familiares por meio de gestos, ou seja, sinais maternos ensinados, em casa, pela família. Após o Curso, melhorou bastante o processo de comunicação entre eles, pois a mesma repassava para os mesmos, (à medida do possível) os conhecimentos (sinais) aprendidos no referido Curso. Atualmente, está cursando o Ensino Médio, mas não possui um domínio avançado em Língua Portuguesa. A aluna T.F. é acompanhada por 02 (duas) intérpretes de LIBRAS, em horário integral. Contudo, a Escola não possui a LIBRAS em sua matriz curricular, nem os professores possuem conhecimentos desta língua tão importante. O “elo” entre os ouvintes (que compõem a escola mencionada) e a referida aluna, se realiza através do trabalho executado pelas intérpretes de LIBRAS. A aluna T.F. frequenta a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) da EREM, é interativa na sala de aula (na medida do possível) e participa juntamente com um grupo de alunos, de um coral denominado Coral “Mãos que Falam” (o qual se apresenta nas datas comemorativas do ano letivo da Escola). É dinâmica e gosta de fazer amizades. Porém, caso a EREM tivesse LIBRAS para todos os alunos, a comunicação entre todos, seria mais acessível.

- Na Escola Professora Gilda Bertino Gomes - Rede Municipal, há 03 (três) alunos com deficiência auditiva. O primeiro chama-se J.N. que atualmente tem 10 anos e já nasceu surdo. No início, a família não aceitava o seu estado de deficiente auditivo e exigia que o mesmo oralizasse as palavras, visto que, ele usava um aparelho coclear, no ouvido. Depois, gradativamente, a família começou a aceitar o fato de sua surdez ser irreversível e a mãe começou também a frequentar um Curso Básico de LIBRAS para ajudá-lo na sua comunicação, em casa. Ele está em processo de Alfabetização em Língua Portuguesa e é acompanhado, diariamente, por uma intérprete de LIBRAS, em sua sala regular do 2º Ano do Ensino Fundamental. Felizmente, ele está tendo um bom desempenho, segundo informações adquiridas em conversas com a professora e a mãe da criança, comparando-o ao restante da sua turma que é formada por alunos, ouvintes. O aluno J.N. frequenta a sala de AEE do Município de Cumaru-PE, participa das atividades de reforço, no contra turno, as quais o tornam um aluno autêntico, apesar das suas limitações. Atualmente, J.N. apresenta um desempenho muito satisfatório, em relação há anos anteriores, quando a referida Escola ainda não disponibilizava de uma intérprete de LIBRAS para atendê-lo. Contudo, torna-se evidente que se na Escola mencionada, houvesse a disciplina LIBRAS em sua matriz curricular, o desempenho dele seria cada vez melhor.

- O segundo aluno da Escola Gilda Bertino Gomes é N.S. que nasceu normal, mas depois de adquirir a doença “Meningite”, ficou com uma seqüela que foi a “surdez”. O

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

mesmo não gosta de participar da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Município, pelo fato desta sala ter alunos com uma faixa etária inferior à sua, que atualmente tem 15 anos e está cursando o 7.º Ano do Ensino Fundamental. O referido aluno está sendo acompanhado, em sala de aula, também por uma intérprete de LIBRAS, o qual o ajuda em sua comunicação, com os demais ouvintes. Pela sua idade, constata-se que ele já era para estar terminando o Ensino Fundamental, mas houve um período em que a Escola, não dispunha de uma intérprete para favorecer essa acessibilidade. Apesar das circunstâncias apresentadas, o referido aluno é agradável, gosta de interagir com as outras pessoas, ultrapassando as suas limitações de surdez.

- E o terceiro aluno da Escola Gilda Bertino Gomes, chama-se J.B. o qual nasceu com a deficiência auditiva, ou seja, a surdez. Ele, atualmente tem 20 anos, está cursando o 9.º Ano do Ensino Fundamental e também não gosta de frequentar a Sala de AEE do Município, por causa da sua idade que é superior à dos demais alunos da Escola, que apresentam outras deficiências, como a Deficiência Intelectual (Síndrome de Down e Autismo); Deficiência Física e Deficiência Visual. Verifica-se que, J.B. é um aluno muito simpático, que gosta de participar das atividades em sala de aula, as quais são em equipes monitoradas também, por uma intérprete de LIBRAS, onde ela facilita o processo de comunicação entre ele e os demais ouvintes. O mesmo está eufórico, pois vai concluir o Ensino Fundamental e já está pensando no Ensino Médio da EREM Manoel Gonçalves de Lima – Rede Estadual, em Cumaru-PE.

- Na Escola Municipal João Duarte, localizada no Distrito de Vila Ameixas, em Cumaru-PE, estuda o aluno J. C., que nasceu surdo e atualmente têm 14 anos. Está cursando o 6.º Ano do Ensino Fundamental. Infelizmente, ele está há 03 (três) meses sem intérprete de LIBRAS (devido a problemas administrativos). Porém, percebe-se através de conversas com o corpo docente da referida Escola, que o mesmo vai ser aprovado, pois as suas notas são boas, favorecendo o processo de aprovação. Constata-se que J.C. sentiu muito a ausência da sua intérprete e acredita que no próximo ano letivo, outra intérprete possa vir suprir esta vaga, tão importante para que o processo de inclusão dos surdos se efetive, na prática. Ele também não possui um domínio avançado em Língua Portuguesa, assim como os demais alunos acima descritos. Porém, apesar das suas dificuldades, pode-se afirmar que J.C. é um bom aluno, pois apresenta um desempenho satisfatório. A referida Escola também não tem a disciplina LIBRAS em seu currículo.

- Na Escola Maria da Conceição Bizerra, localizada no Distrito de Poços, em Cumaru-PE, estuda o aluno J.F. que também nasceu surdo e atualmente têm 16 anos. O mesmo está cursando o 5.º Ano do Ensino Fundamental. Porém, verifica-se que sente muita dificuldade,

pelo fato de não ter uma intérprete de LIBRAS para acompanhar o seu processo de ensino-aprendizagem, também nos anos anteriores ele não possuía uma intérprete de LIBRAS, realizava um trabalho de uma vez por semana ser atendido na Secretaria de Educação Municipal por uma intérprete, o acompanhamento era insuficiente para se ter qualidade em seu processo de aprendizagem. Constata-se, evidentemente, a distorção idade-série do referido aluno, devido a este descaso dos órgãos competentes do Município, que não estão atendendo as necessidades do aluno J.F., perante a Constituição Federal de 1988 e a LDB Lei N.º 9.394/1996. Esta Escola também não possui a disciplina LIBRAS em sua matriz curricular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho, torna-se evidente o que se quis mostrar através da inquietação da autora, em alertar a sociedade e gestores de instituições de ensino, sobre a necessidade de se ter nas Escolas do Município de Cumaru-PE, a disciplina LIBRAS em sua matriz curricular, para que desta forma se favoreça uma maior acessibilidade entre o surdo e os demais ouvintes.

É importante salientar que todos os 06 (seis) alunos surdos observados são pessoas que estão buscando os seus objetivos, frequentando a Escola e procurando interagir com os demais ouvintes. Porém, essa interação ainda está muito restrita, devido à falta de um suporte para favorecer este processo de comunicação, que neste caso deve ser a introdução da disciplina LIBRAS nas Escolas para promover, deste modo, uma acessibilidade de fato e de direito aos surdos.

Nesta circunstância, é pertinente enfatizar que, enquanto essa língua tão relevante como a LIBRAS não chega a todas as Escolas, quem puder estudá-la por iniciativa própria, será muito importante, haja vista, ser a mesma imprescindível no processo de inclusão social e de comunicação entre surdos e ouvintes. Face ao exposto, chega-se ao final desta pesquisa com o desejo de que as análises e reflexões aqui apresentadas, desperte nas pessoas a busca do conhecimento em LIBRAS, em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e acessível para todos. Destarte, houve a intenção de se buscar, de forma clara e objetiva, a construção de uma “Escola Bilíngue”, através da prática de ensinamentos cabíveis, que se favoreça a comunicação entre os deficientes auditivos e os ouvintes.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. (BARDIN, 1979, p. 42).

BOGAS, João Vítor. A história da Libras, a língua de sinais do Brasil. Comunidade surda, ensino de Libras. [2016]. Disponível em: < [http://blog.handtalk.me/história – língua – de – sinais/](http://blog.handtalk.me/história-língua-de-sinais/) >. Acesso em: 10 de jul. 2017.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição [da] República do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDBEN, n.º 9.394. Brasília: Câmara Federal, 1996.

_____. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 1998.

_____. Resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação n.º 02. Brasília: CEB/CNE, 2001.

DECLARAÇÃO de Salamanca. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Espanha: Salamanca, 1994.

DISPONIVEL em <https://www.portaleducacao.com.br>, A História dos Surdos.

DRAGO, Rogério. Inclusão na Educação Infantil. 2ª edição. Editora: Wak, Rio de Janeiro, 2014.

FELIPE, Tanya A. Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES. N°25/26, JAN - DEZ /2016, P.33 - 47.

FERREIRA Brito, L. Integração social e educação de surdos. (1993) Rio de Janeiro: Babel editora.

GADOTTI, Moacir. Escola Cidadã – 24 Questões da Nossa Época. São Paulo, Editora vozes, P. 81-82, 2000.

GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

GIL, Antônio Carlos (1946). **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010 e 2014.

Plano Municipal de Educação (2015 a 2025). Secretaria Municipal de Educação – Anexo do Projeto de Lei Municipal nº02, de 08 de junho de 2015. Cumaru/PE.

PRIETO, R. G. A construção de políticas públicas de educação para todos. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). Escola Inclusiva. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.

VELOSO, Éden. e MAIA Valdeci. Aprenda LIBRAS com eficiência e rapidez. 2009, by Editora: Mão Sinais.